

As contribuições de Dick para o estudo da toponímia brasileira*

DICKS CONTRIBUTIONS TO THE STUDY OF BRAZILIAN TOPOONYMY

Melissa Heberle**

Neli Teresinha Galarce Machado***

RESUMO

O artigo apresenta importantes contribuições de Dick (1990a, 1990b, 1998 e 2004), autora de referência para vários outros pesquisadores no que diz respeito aos estudos toponímicos, tanto pelo ineditismo como pela relevância de sua obra no Brasil. Assim, são apresentadas as principais discussões da autora sobre a toponímia e o signo toponímico. Além disso, são destacados seus estudos sobre a formação etno-histórica brasileira, apresentando o papel das influências indígena, africana e outras influências estrangeiras, traçando um panorama das diversas influências toponímicas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Ambiente; história; influências; lexicologia; onomástica.

ABSTRACT

The article presents important contributions of Dick (1990a, 1990b, 1998 and 2004), author of reference for several other researchers in the toponymic studies, both for the unpublished and for the relevance of her work in Brazil. Thus, the main discussions of the author on toponymy and the toponymic sign are presented. In addition, her studies on Brazilian ethno-historical formation are highlighted, presenting the role of indigenous, African and other foreign influences, outlining the various toponymic influences in Brazil.

KEYWORDS

Environment; history; influences; lexicology; onomastics.

* Recebido em 30/06/2028 e aprovado em 20/11/2018.

** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Campus Lajeado.

*** Universidade do Vale do Taquari.

No presente artigo são apresentadas algumas das relevantes contribuições de Dick (1990a, 1990b, 1998 e 2004) para o estudo toponímico. A autora, que também se apoia, entre vários outros autores, em Dauzat (1947), é referência para vários pesquisadores brasileiros, como Seabra (2006; 2008); Moreira (2006); Poletti (2011), Castiglioni, Barros e Isquardo (2012); Faggion e Misturini (2014); Santos e Dal Corno (2014), Eckert (2016a; 2016b) e Marcuz (2016).

Santos e Dal Corno (2014, p. 113) esclarecem que as pesquisas toponímicas brasileiras iniciam com a obra *Contribuição do Bororo à Toponímica Brasileira*, de Carlos Drummond (1965), estudo que teve continuidade coordenado por Dick, que propôs “investigações sobre a toponímia da cidade de São Paulo, que posteriormente levaram ao início do Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB)”.

Drummond, no Prefácio de Dick (1990a, p.11-12), contextualiza que, diferentemente do Brasil, existem países europeus e americanos em que os estudos toponímicos guardam “lugar de destaque” nos estudos linguísticos. Ao mesmo tempo, destaca o trabalho de Dick (1990a) como um “dos mais importantes já elaborados” no país sobre a temática.

Segundo o autor, os princípios teóricos de Dick ganham relevância pela “inexistência de qualquer trabalho semelhante no Brasil”. Assim, qualquer estudo que aborde a toponímia brasileira deverá buscar referências na obra da referida autora (DICK, 1990a, p. 17).

TOPONÍMIA

“Se, como diz Humboldt, a língua não é um ergon (fato acabado) e, sim, uma energeia (uma dinâmica de aquisições), isto também se aplica à Toponímia, moldável ao presente de sua população” (DICK, 1990b, p.48, grifo da autora). Assim, o conceito de toponímia, segundo a autora (1990b, p. 119), abrange a etimologia do “próprio vocábulo (do gr. topos, “lugar” e onoma, “nome”), qual seja, o estudo dos nomes de lugares ou dos designativos geográficos, em sua bipartimentação física (rios, córregos, morros, etc.) e humana, antrópica, ou cultural (aldeias, povoados, cidades, etc.)”.

A pesquisadora expõe que “uma das grandes dificuldades que cercaram o conceito da Toponímia como disciplina autônoma foi, exatamente, o problema da delimitação de seu campo de trabalho e a caracterização de seu objeto específico” (DICK (1990b, p. 15). De forma bastante clara, ela recupera o desenvolvimento da disciplina, cuja origem ocorre na Europa, especialmente na França de 1878, momento em que Auguste Longnon inicia o seu estudo (Colégio de França; *École Pratique des Hautes-Études*): “do curso então ministrado, seus alunos publicaram, postumamente, após 1912, a obra que se chamou *Les noms de lieu de la France*, considerada clássica para o conhecimento da nomenclatura dos lugares habitados” (DICK, 1990b, p.1, grifo da autora).

Após esse período, é em 1922 que Dauzat retoma “os estudos onomásticos interrompidos com a morte de Longnon” e em 1938 organiza o “I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, com a participação de vinte e um países”.

Além desses dois autores, a pesquisadora também dá destaque às contribuições de George Stewart (*Names of land, A classification of places names*), que aborda a nomeação de lugares e sua categorização (DICK, 1990b, p. 1-2).

Atualmente, a Toponímia é uma disciplina acabada, completa, com área de estudo delimitada pelo “topônimo, em suas várias modalidades semânticas, de modo a poder se traduzir, através delas, verdadeiras áreas nomenclaturais e, por conseguinte, os principais motivos que coordenam essa nomenclatura”. Conforme a formação do pesquisador, o campo de estudos toponímicos engloba ainda diferentes áreas, como Antropologia e Arqueologia, Botânica, Geografia e História, Linguística e Psicologia Social (DICK, 1990b, prefácio, p. 2). Assim, pode-se considerar a Toponímia “como um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1990b, p. 16).

Nesse contexto, a pesquisadora traz o papel humano em meio ao processo de nomeação de lugar:

Que faz, então, este homem, dentro dos nossos estudos? **É ele quem traz, para os designativos geográficos, a verdadeira psicologia popular, paralelamente ao agir oficial ou sistemático, enfocando, quantas vezes, o que de mais significativo oferece a região.** O resultado de sua atuação é uma coletânea de designativos típicos daquela parcialidade, com nomes que se caracterizam, às vezes, por um “tom” bastante coloquial, que parece sugerir um envolvimento de toda a comunidade, tornando-se, assim, não apenas expressão de um único denominador mas de toda a população (DICK, 1990b, prefácio, p. 2-3, grifo nosso).

Contudo, Dick pondera que para se chegar à “verdade” de um topônimo, faz-se necessária a adoção de uma investigação com todos os recursos científicos disponíveis, a saber, “análise, comparação, interpretação e seleção e [...] conversão das hipóteses em teorias que podem chegar, mesmo, a princípios gerais reguladores da matéria” (DICK, 1990b, prefácio, p. 3).

O SIGNO TOPONÍMICO

No que diz respeito ao signo toponímico, Dick (1990a, p. 60) esclarece que tanto o nomeador como o nome de lugar¹ pertencem a um conjunto único, elementos que se originam no “ato da nomeação”, processo “que os realiza significativamente, individualizando-os, porém, a partir desse momento, como se cada um integrasse uma existência autônoma”. Esse ato também pode ser compreendido “como a atividade que irá conferir outra substância às lexias² comuns da língua, transformando-as em signos de um novo valor”.

Em obra posterior, a autora complementa que o sistema onomástico está situado no âmbito dos estudos lexicais, sendo o léxico utilizado para a identificação do

¹ Termo utilizado como sinônimo de “topônimo” por Dick (1990b) e outros autores, como Seabra (2008) e Castiglioni, Barros e Isquardo (2012).

² “A unidade lexical é o objeto de estudo dos Estudos do Léxico, apresentando como manifestação comum as **lexias**, a saber, unidades morfossemânticas onde os lexemas congregam todas as informações. O lexema constitui uma unidade abstrata que congrega as formas possíveis de uma palavra, apresentando flexão” (HEBERLE, 2010, p. 09, grifo nosso).

lugar:

O sistema onomástico comporta as realizações do sistema lexical, compatíveis ao desempenho denominativo do enunciador e do enunciatário. A participação de cada um dos actantes, nos enunciados produzidos, representa a maior ou menor competência no emprego de um vocabulário que se caracteriza pela especialização (DICK, 1998, p.77).

Nesse sentido, “o sistema onomástico utiliza-se dos mesmos constituintes disponíveis no léxico virtual de uma língua”, uma vez que a Onomástica está integrada à Lexicologia. Assim, é “o simbolismo das formas linguísticas” que permite transformar o nome em um lugar existencial, sendo que a configuração de um lugar somente ocorre “a partir de um nome, o antecedente sendo o não-lugar, o não simbólico, o inativo” (DICK, 1998, p.79-81).

Assim, para Dick (2004, p. 122-123), o recorte espacial, em diferentes campos léxico-semânticos, é arbitrário e provém da cultura linguística de uma comunidade, na qual o nomeador e o objeto nomeado exercem funções significativas, e a “resultante, no caso da toponomástica, será o sintagma toponímico ou o topônimo, em sentido amplo, como marcador dos locais a serem identificados”. Já em relação à substituição do significado do nome de lugar, a autora explica que esse processo

[...] ocorre, portanto, no nível do discurso, no enunciado concreto produzido pelo enunciatário e, não, no plano do sistema, no qual a lexia continua operando, em sua potencialidade signica. **Nas descrições onomásticas, há muito de emotividade e experimentação nelas colocadas.** A identificação será eufórica ou disfórica³, positiva ou negativa, conforme o grau de envolvimento do enunciador ou experimentador, com a coisa em si. Quanto mais distante se estiver do objeto, maior será a neutralidade conceitual acerca do fato e o desinteresse em recuperar-lhe aspectos ou os seus contornos. Muitas vezes, é o designativo o único registro do próprio traçado do acidente no terreno, ou das circunstâncias motivadoras do batismo. É o caso do “rio dos Pinheiros”, que ainda mostra na forma linguística a vitalidade enunciativa das “árvores de espinho”, que as Atas da Câmara da vila seiscentistas anotavam” (DICK, 2004, p.125, grifo nosso).

Em trabalho anterior, Dick (1990b, p. 10) apresenta que o topônimo, designando “o nome próprio de lugar”, registrado na “nomenclatura onomástica”, está vinculado ao “acidente geográfico” que denomina, formando com ele uma “relação binômica, que se pode seccionar para melhor se distinguirem os seus termos formadores”:

Dessa simbiose, depreendem-se dois dados básicos, um, que se convencionou denominar termo ou elemento genérico, relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação, e o outro, o elemento ou termo específico, ou topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes. Atuam ambos no sintagma toponímico, de forma justaposta (rio das Amazonas) ou aglutinada (Parauna, “rio negro”), conforme, portanto, a natureza da língua que os inscreve (DICK, 1990b, p. 10, grifo da autora).

³ *Eufórico* = impressões agradáveis e otimistas e *disfórico* = impressões desagradáveis e pessimistas (ISQUERDO, 1996 apud SANTOS; DAL CORNO, 2014).

A partir dessa constatação, a autora avança, explicando que se o acidente e o topônimo, aglutinados, “aparecem indissolivelmente unidos”, como um bloco “fechado em torno dos dois elementos” em que não se recupera a distinção entre um e outro, nessa situação é adotado “um novo genérico”, explicativo e complementar. “Diz-se, então, que o termo genérico tende a perder a sua função própria, tornando-se um mero complemento do termo específico” (DICK, 1990b, p. 10).

Além desses, há casos em que não existem “elementos específicos nos topos”, devido simplesmente aos “mecanismos designativos”, quando esse papel é desempenhado pelo termo genérico, composto simultaneamente pelas categorias de determinante e determinado. Também a atribuição de uma qualidade ao nome nem sempre representa “constatação segura”, uma vez que o acidente geográfico pode não necessitar de acréscimos referenciais por “ser único na região” ou mesmo ter tanto valor para um grupo que complementá-lo com informações ou características poderia desvirtuar o seu significado. Por outro lado, há situações em que “o termo genérico vem acompanhado de algum qualificativo que não lhe retira o caráter denunciado mas apenas o explicita, tornando-o, por certo, mais completamente descritivo” (DICK, 1990b, p. 11, grifo da autora).

A pesquisadora ainda pontua que, porém, na língua indígena e na nomenclatura brasileira de origem portuguesa, por exemplo, muitas vezes “o acidente geográfico, ou termo genérico, ou o elemento determinado que vai receber a denominação específica, exerce as funções de topônimo”, sendo esses ordenamentos relativos tanto aos “acidentes naturais” (hidrográficos) como aos de “natureza cultural ou antrópica”. Ela apresenta a seguinte classificação para a composição morfológica dos topônimos:

1. Topônimo ou elemento específico simples: definido por apenas um formante (adjetivo, substantivo), podendo estar acompanhado de sufixos aumentativos ou diminutivos: *Alminhas* (cachoeira das, RS).

2. Topônimo composto ou elemento específico composto: apresenta mais de um elemento formador, de origem de conteúdo diversa e às vezes constituem formações inusitadas: *Lava Roupa* (ribeirão, GO). Elementos de origem tupi estão presentes na formação de variados compostos: - *guaçu* (grande); - *mirim* (pequeno).

3. Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido: possui elementos linguísticos de variadas procedências, sendo mais frequentes no Brasil a indígena + portuguesa ou a portuguesa + indígena: *Mirante do Paranapanema* (AH⁴, SP) (DICK, 1990b, p. 12-14).

Estruturalmente, o topônimo é uma “forma de língua” ou um “significante, animado por uma substância de conteúdo” como qualquer outro signo, porém seu uso “adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário [...] transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo”. Sobre

⁴ AH = acidente humano (DICK, 1990b, p.80).

o aspecto duplo da motivação toponímica, a mesma autora explica que este é evidenciado, primeiro, na intenção do denominador ao nomear o acidente geográfico, depois na origem semântica do nome, seu significado (opaco ou transparente) e sua procedência. “Essas duas modalidades de aferição do fenômeno motivador dos topônimos configuram perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo da Toponímia e irão, realmente, influir na formalização das taxonomias dos nomes de lugares” (DICK, 1990b, p.18, grifo da autora).

Além de identificar o lugar, outra característica do topônimo é a indicação de seus aspectos antropoculturais ou físicos, embora

[...] a ideia de indicação de algo, ou de identificação dos seres, que teóricos da linguagem costumam aplicar aos nomes próprios, opondo-os aos nomes comuns, cuja principal evidência seria a de significar, não deve ser aceita com rigor nas ciências onomásticas. Pois, tanto os topônimos como os antropônimos, ao lado de uma função identificadora, guardam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais (DICK, 1990b, p. 19, grifo da autora).

Enfim, o topônimo ainda pode ser caracterizado por representar “um verdadeiro fóssil linguístico, expressão tomada ao geógrafo francês Jean Brunhes, que o considerava um ‘fóssil da geografia humana’” (DICK, 1990b, p. 20, grifo da autora). Dessa forma, o próximo tópico apresentará as contribuições da autora em relação às origens históricas dos topônimos brasileiros.

O AMBIENTE E A ORIGEM TOPONÍMICA BRASILEIRA

A nomeação de lugares sempre foi realizada pelo homem, desde o início dos tempos. “Nos versículos iniciais do Gênesis, por exemplo, despontam acidentes geográficos, nomes dos rios, os primeiros conhecidos” (DICK, 1990b, p. 5). Além disso, “a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes”, permitindo a compreensão panorâmica dos aspectos antropoculturais e naturais de uma região (DICK, 1990a, p.19).

Por isso, a nomenclatura de um espaço constitui largo campo de pesquisa e não é “monótona” ou mesmo “destituída de interesse prático ou científico”:

Através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto socioculturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a **correlação entre o “nome” dos acidentes e o “ambiente”** em que ele se acha inscrito (DICK, 1990b, p. 35, grifo nosso).

Assim, é no ambiente que estão as influências negativas e positivas da vivência cultural humana, e “é nessa cadeia de possibilidades que os topônimos se estruturam e se distribuem em estratos de diversas naturezas” (DICK, 1990a, p. 61), sendo a cultura “determinante na condução desse saber-fazer denominativo, responsável pelas novas séries de designações que enformam a cadeia lexical, na perspectiva de uma antropologia linguística, que é também semiológica” (DICK, 2004, p. 123).

Sobre a distinção entre cultura e natureza a autora esclarece que

um dos pontos mais frequentemente discutidos pela comunidade de antropólogos e linguistas é a relação opositiva **cultura (entendida como aprendizagem adquirida pela ação do homem) e natureza (conhecimento biológico, fruto da transmissão genética)**, no sentido de mostrar influências recíprocas, responsáveis pelos sistemas de linguagens, a partir dos estudos de Boas (1911) (DICK, 2004, p.123, grifo nosso).

Nesse sentido, para a autora, com o uso referencial da linguagem, na onomástica, os aspectos do lugar, de uma localidade, do relevo, do acidente geográfico, de um curso d'água, de uma elevação de terreno e das ações humanas são os “traços definitórios recorrentes” utilizados pelo falante (DICK, 2004, p. 124). Enfim, os topônimos podem representar “uma reprodução parcial das condições do lugar, fato muito comum em muitos cursos d'água, que, em virtude de sua extensão, não exigem o conhecimento completo da corrente como dado obrigatório para o batismo descritivo” (DICK, 1990a, p. 73).

A respeito disso, Dick (1998) já constatava que, dentre os elementos ambientais da toponímia, a água, seguindo uma tendência universal, foi um traço de destaque no Brasil, inclusive nos espaços em que se mostrou escassa:

[...] constante em todos os relatos e notícias práticas do período colonial, os qualificativos que a precisam representam mais circunstâncias favoráveis do meio que as desfavoráveis. Interpenetrando-se os vocábulos da terra aos do colonizador, o sistema onomástico que aqui se construiu, ainda que decalcado do europeu, soube incorporar ambos os traços num modelo misto (topônimo português + topônimo indígena), seja por conservar, no conjunto denominativo, o termo genérico ou apelativo de uma determinada categoria (rio, ribeirão, etc.), identificador do objeto da nomeação, como um elemento amalgamado ao termo específico (particularizante do objeto nomeado) (DICK, 1998, p. 86 -87, grifo da autora).

A partir dessa contextualização, conforme Dick (1990a, p. 254), “por si só, a nomenclatura hidrotponímica brasileira justificaria uma pesquisa isolada, visando ressaltar, em profundidade, os principais fatores que a estruturam, seja do ponto de vista da filiação linguística ou da motivação originária”. A autora explica que a hidronímia abrange as unidades do léxico relacionadas aos hidrônimos e hidrotponíomos, que têm diferenças de “significação terminológica”, mas são recorrentes na toponímia brasileira, tanto “pela variedade genérica da tipologia dos acidentes (córrego, rio, ribeirão, riacho, ribeira, corredeira, enseada, a própria água usada como tipo de acidente), como pela importância das bacias hidrográficas no país” (DICK, 2004, p.126).

Desse modo, Dick (2004) esclarece que os hidrônimos são os nomes dos acidentes hidrográficos em geral, não tendo importância a natureza linguística do objeto nomeado, nem evidenciando se humano/não humano, animado/inanimado, nem a natureza dos campos semânticos envolvidos. Já os hidrotponíomos constituem os acidentes em que o elemento hidronímico está presente na denominação, seja em relação ao termo genérico *água* ou às designações de cursos d'água específicos

(*córrego, rio, ribeirão*). Para esse último caso, alguns dos exemplos mencionados pela autora são: serra das Águas (GO), Rio Preto (SP), Córrego Novo (MG), Foz do Iguaçu (PR).

Ainda em relação ao ambiente, pode-se dizer que o homem se concentra em lugares “acessíveis às condições naturais da vida” e que lhe proporcionem bem-estar, segurança e perpetuação. Nesse sentido, a autora aponta as dificuldades da colonização portuguesa do século XVI ao se deparar, no ambiente brasileiro, com uma condição geofísica diferente de outras encontradas. Além disso, “a compreensão do espaço geográfico brasileiro pelo homem português encontrou também outro fator de tensão ou de desequilíbrio justamente na presença do autóctone, no território” (DICK, 1990a, p. 61-65).

Em relação à toponímia do Brasil, Dick (1990b, p. 104) pontua que essa é cíclica, (nomes de lugar podem se repetir no espaço/tempo); é fundamentada na formação de sua etnia; e é heterogênea, mestiça como o seu povo. Sua formação linguística remete ao passado e aos habitantes do lugar, em uma diversidade que não desfigura “o sentido nacional comum”.

A formação etno-histórica brasileira é composta pelos ameríndios e seus troncos e famílias, pelos portugueses e africanos, e por estrangeiros posteriores à colonização inicial. “Em cada uma dessas camadas língueto-toponômicas, uma tendência motivadora própria pode ser apontada, característica do elemento humano que as define” (DICK, 1990b, p. 8). O europeu já encontrou no Brasil uma nomenclatura indígena que foi incorporada à nossa toponímia, embora “a denominação dos acidentes costeiros, nos primórdios da ocupação, por desconhecimento dessa camada primitiva”, foi realizada de acordo com os padrões da cultura portuguesa (DICK, 1990b, p. 81). Tendo em vista a existência de uma nomenclatura preexistente, essa nomeação lusitana dos lugares configurou, em algumas situações, uma “superposição toponímica”, tal como no exemplo dos nomes paralelos: Rio da prata - Iggoaçû (DICK, 1990b, p. 85).

Os pesquisadores investigam as origens dos topônimos, principalmente, em dois tipos de fontes, a saber, a popular ou espontânea, criada pela população sem uma autoria individualizada, e a oficial ou sistemática, “atribuída aos descobridores, aos dirigentes ou ao poder de mando, legitimamente constituído, ou não” (DICK, 1990b, p. 49). Nesse sentido, uma pesquisa sobre a toponímia brasileira, segundo a autora, deveria observar os seguintes pontos:

- a – estudo da natureza linguística dos topônimos que conformam a nomenclatura geográfica brasileira, provenientes das camadas linguísticas intercorrentes: a indígena, distribuída em suas diversas famílias; a portuguesa (ou brasileira propriamente dita); a africana; nomes de origem estrangeira, de filiação mais recente; análise dos fenômenos de linguagens pertinentes;
- b – estudo da motivação ou da natureza semântica dos nomes envolvidos no ordenamento onomástico brasileiro, de modo a se configurar as tipologias dominantes, segundo áreas específicas de ocorrências (DICK, 1990b, p. 46, grifo da autora).

Dessa forma, antigamente, os estudos toponímicos brasileiros se preocupavam somente com topônimos de origem indígena tupi, por meio de uma pesquisa etimológica às vezes insatisfatória, porém atualmente tais estudos foram ampliados à toponímia brasileira e de origem portuguesa, constituindo-se esses uma “importante fonte de pesquisas, senão em sua origem significativa pelo menos na maneira pela qual se estrutura em relação à língua, à história, e à geografia do país” (DICK, 1990b, prefácio, p.4):

Observando os diferentes sistemas culturais, em que topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se, antes, se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social (DICK, 1990b, p.6).

Assim, como o território brasileiro é extenso e os estudos onomásticos possuem outros campos setorizados, essa temática de pesquisa é muito ampla, sendo que a toponímia brasileira não é homogênea, apresentando “configurações que remontam, em suas origens, às várias famílias indígenas que habitaram e/ou habitam o país”. Já os nomes de origem africana aparecem em menor número, localizando-se “nos pontos de concentração preferencial do negro” no país. Topônimos estrangeiros são mais recentes, originários da imigração ocorrida a contar da segunda metade do século XIX (DICK, 1990b, prefácio, p.4).

A seguir, as influências exercidas pelo indígena, pelo africano e por outros povos sobre a constituição dos topônimos no Brasil passam a ser abordadas de forma mais detalhada no presente trabalho.

A INFLUÊNCIA INDÍGENA

Conforme bem observa Dick (2004, p.128), a influência indígena nos nomes é o diferencial da toponímia brasileira em comparação à europeia (portuguesa ou ibérica). A autora ainda lembra que “os primeiros nomes da terra formaram-se à maneira lusitana (conforme expedições de reconhecimento); as denominações nativas foram se tornando presentes à medida que se firmavam os contatos e o conhecimento e aprendizagem da língua”.

De acordo com outras pesquisas de Dick (1990b, p. 4), Levy Cardoso⁵, especialista em topônimos brasileiros da Amazônia (aruaque, caribe)⁶, realizou levantamento dos especialistas em toponímia, “pondo em evidência o caráter praticamente histórico das publicações, de preferência voltadas para a lexicologia indígena”. Esse pesquisador, por sua vez, ressalta o trabalho de Theodoro Sampaio, na obra *O Tupi na geografia nacional*. A mesma autora apresenta que Drummond, na obra *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*, enfatiza a conduta dos estudos toponímicos no Brasil que,

⁵ CARDOSO, Armando Levy. **Toponímica brasileira**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1961.

⁶ Aruak, Karib.

segundo ele, muitas vezes apresentam ações assistemáticas e sem métodos apropriados, com o objetivo de destacar somente os nomes de origem tupi. Ela cita outro grupo indígena: “os Bororo, grupo do Centro-Oeste brasileiro, podem ser apontados como exemplo quando se pretende enfatizar o binômio homem/meio ambiente” (DICK, 1990b, p.37, grifo da autora).

Nesse sentido, a pesquisadora ressalta que, segundo Theodoro Sampaio, o índio, com sua visão objetiva e prática, utilizava para a nomeação termos que descreviam o seu ambiente (descritivos puros e associativos). Porém, na comparação desse sistema com o do “branco” e com grupos de “outras nacionalidades”, constatam-se nomes comuns, os chamados “arquétipos toponímicos”, que são ““expressões padrões, que traduzem ou enfocam o mesmo ângulo em relação à caracterização dos acidentes geográficos. Assim, os diversos sistemas toponímicos apresentam expressões que significam, em seu universo onomástico, o mesmo fato, ou traduzem uma condição semelhante”” (DICK, 1990b, p.8).

Assim, os acidentes físicos, em determinadas épocas, eram definidos pelo termo comum, sendo que o termo genérico do topônimo incorporava o mesmo sentido do específico, como nos exemplos em que “rio”, “mar”, “lago”, “morro”, “montanha”, “vale” geraram os topônimos *Paraná*, *Pará*, *Guiêne*, *Paru* ou *Don*, *Tchou* e *Kama* (= rios, em russo), *Tchad* (= lago) (DICK, 1990b, p. 8).

Ainda segundo a autora, Lepargneur, comentador de teorias antropológicas, aponta que

os povos primitivos buscam, sobretudo, analogias entre espécies naturais (animais, plantas) e formas sociais (ou do mundo do homem). O pensamento selvagem classifica [...] usando de analogias [...]. Enquanto o pensamento científico correu atrás da compreensão do que é causalidade – sem tê-la conseguido – o pensamento selvagem limitou-se a estabelecer correspondência entre polos naturais e culturais (DICK, 1990b, p. 39).

Diante desse contexto, a cristalização semântica dos nomes de lugar, a saber, “sua persistência como signos geográficos” inclusive quando seus componentes não são mais identificados pela população do lugar, é um fenômeno muito importante, especialmente no que tange à “reconstituição de falares indígenas já extintos, como aconteceu com o Tupi Quinhentista, no dizer de Anchieta a língua mais geral usada na costa do país, no século XVI”. Assim, a toponímia procura preservar milhares de nomes que “individualizaram os acidentes da terra” de forma espontânea e singular. Não é incomum a “existência de uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena, notada em designativos como [...] Paraíba (“rio acidentado”, r⁷. SP)” (DICK, 1990b, p. 20-21).

Retomando a questão das famílias indígenas, a influência bororo na toponímia do Brasil é consideravelmente menor que a tupi, “uma das mais importantes famílias indígenas” segundo a etnografia brasileira que, contudo, traz algumas dificuldades à investigação antropolinguística devido aos deslocamentos contínuos de tais silvícolas.

⁷ r.= rio (DICK, 1990b, p.80).

Ainda sobre o sistema lexical tupi, a pesquisadora explica que esse

[...] deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam ao linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na Toponímia, que se vale deles como fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas (DICK, 1990b, p. 39).

Nesse sentido, na nomenclatura indígena, a conexão dos topônimos com as características ambientais é constante, tal como nos “exemplos extraídos de algumas das categorias taxionômicas elaboradas: hidrotopônimos (ou nomes de origem hidrográfica): Pará e Paraná (“rio”, “mar”), Paracatu (“mar ou rio bom”). Os traços físicos do ambiente registrados na toponímia tupi podem ser atribuídos à relação do indígena com as características de cada acidente: formas, posição geográfica, relevo, vegetação (abundância/escassez), cursos d’água (cor, declive), como nos topônimos “Iguaçu (“rio grande”), Paramirim (“rio pequeno”), [...] Paraíba (“rio encachoeirado”), Ipiranga (“rio vermelho”), muitas vezes aceitos pelos portugueses (DICK, 1990b, p. 41 - 42).

Por último, é importante esclarecer que a autora ressalta que os topônimos de origem indígena não se restringem às famílias Tupi e Bororo, mas também apresentam nomes com origem nas famílias Aruak, Jê, Kaingang, Karib e Kariri, entre outros. Nas regiões sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná) e sudeste do Brasil (São Paulo), por exemplo, “excluindo-se as áreas outrora ocupadas pelos Tupi, o grupo Kaingang que, embora não tenha deixado uma contribuição numerosa ao Português do Brasil, em termos vocabulares, concorreu para a formação de topônimos: Chapecó (r. SC), Chopin (r. PR)” (DICK, 1990b, p.135, grifo da autora).

A INFLUÊNCIA DO NEGRO

Além do indígena que já vivia no território brasileiro, abordado na subseção anterior, outro grupo étnico habitou o país na mesma época da ocupação portuguesa do século XVI, a saber, o negro: alterando “o primitivo conjunto racial heterogêneo; outros hábitos e usos diferentes se instalaram, outras línguas foram faladas no território, grande o bastante para receber essas diversidades” (DICK, 1990b, p. 152).

A vinda dos negros africanos ao Brasil foi uma “migração forçada pela captura e escravidão, o maior movimento migratório passivo da história” (RAMOS apud DICK, 1990b, p.89). Nesse sentido, de acordo com Dick, “os estudos de toponímia africana no Brasil envolvem, pela sua peculiaridade, um conhecimento genérico da problemática do negro no país”, comprovada pelos seguintes dados:

Elemento alógeno, o africano que aqui se fixou, desde a segunda metade do século XVI, criou raízes no território e se tornou responsável pela constituição de um stock mestiço (mulatos e pardos) dos mais representativos no conjunto da população brasileira, se levarmos em conta as estatísticas elaboradas. Comparando-se, por exemplo, os dados do recenseamento de 1930 com os de 1980, verifica-se que os cinco milhões e seiscentos mil negros subiram para sete milhões, enquanto os oito milhões e oitocentos mil mulatos diluem-se entre os pardos, alcançando o índice

total de 45 milhões de indivíduos (cerca de 37% da população geral do país) (DICK, 1990b, p.137, grifo da autora).

Assim, analisar a influência do negro na toponímia do Brasil requer a consideração dos “componentes étnicos imigrados”, a categorização das línguas, a avaliação linguística dos designativos, sua semântica e ocorrência. Em relação a isso, a autora apresenta a classificação de Arthur Ramos e Nina Rodrigues para os grupos negros:

- a – culturas sudanesas, ou dos povos iorubá-daomeianos, distribuídos em grupos dos Nagô, Eubá ou Egbá, Gêge, Fanti-Ashanti ou grupo Mina da Costa do Ouro, etc.;
- b – culturas guineano-sudanesas islamizadas ou dos Peul (grupos Fula), Mandinga e Aussá, do Norte da Nigéria;
- c – culturas bantus, ou dos grupos Angola-Congolês, e dos grupos da Contra-Costa”- (DICK, 1990b, p. 139-141).

Entretanto, Dick bem observa que, no Brasil, houve dois grupos africanos que se destacaram devido ao seu contingente étnico, os bantus e os sudaneses: existem por volta de 350 nomes de origem africana subsistentes no português brasileiro, sendo que “sessenta são de procedência iorubá ou nagô, e cento e sessenta são vocábulos quimbundos; os restantes, incluem-se em outras filiações linguísticas, algumas apontadas, outras não”. Porém, segundo ela, somente alguns deles foram utilizados como designação geográfica (DICK, 1990b, p. 145-146).

Os topônimos africanos ocorrem nas áreas de maior concentração do negro no Brasil, em especial na Bahia e no Nordeste, seguidas pelo Sudeste, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, com declínio em direção ao Sul e ao Norte: ““ À medida que os topônimos se deslocam para as regiões Sudeste e Sul, ocorre um esvaziamento onomástico, com poucos designativos em São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e menos no Rio Grande⁸, onde se identifica, destacadamente de seu contexto nordestino, o denominativo Cacimbinhas⁹, aplicado a uma povoação ”” (DICK, 1990b, p. 151, grifo da autora).

Em relação a esse panorama, a autora esclarece que línguas gerais “se impuseram para reunir os falantes dos grupos não brancos”, a saber, a língua tupi, a mais falada, com 10 mil palavras transmitidas ao vocabulário brasileiro; e as línguas africanas nagô ou iorubá do grupo sudanês (Bahia) e o quimbundo do grupo bantus (Nordeste, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) (DICK, 1990b, p. 152).

Nomes de lugar de origem indígena, em termos de extensão, são mais significativos e mantém proporção equilibrada com o vocabulário transmitido, se comparados aos africanos, de menor proporção, “porque o próprio contingente vocabular legado ao português é pequeno, cerca de trezentos termos mais ou menos, numa desproporção clara com o total de negros imigrados”. Esse desequilíbrio é explicado pela pesquisadora da seguinte forma:

[...] enquanto a denominação indígena, por uma necessidade de identificação do

⁸ (Rio Grande do Sul).

⁹ *Cacimba* = poço.

próprio habitat, é preexistente ao branco, que a aceitou, geralmente promovendo, ele também, a criação de novos vocábulos dessa origem, o negro ocupou, no país, um papel secundário em relação ao processo denominativo; se não era “marginal” à sociedade que se instalava, era [...] “simples máquina ou instrumento de trabalho” [...] (DICK, 1990b, p. 153, grifo da autora).

Por fim, Dick (1990b, p. 154) sintetiza a influência toponímica do negro dando destaque a quatro aspectos:

1. A distribuição dos topônimos é proporcional à “irradiação” negra no território, existindo uma concentração maior no Nordeste, que vai diminuindo com o afastamento dessa zona.

2. A contribuição toponímica maior é do quimbundo.

3. A semântica dos nomes é variada, mas o ambiente físico tem destaque quantitativo nas designações (nomes de vegetais, animais, presença/ausência de água, a exemplo de *cacimba* = poço).

4. A menor expressividade do topônimo africano em relação ao indígena se deve à posição do negro na organização da sociedade e à questão dual “autóctone” e “alógeno” que se apresentava.

Além das influências indígena e africana, a autora destaca influências toponímicas de outros povos, que são apresentadas a seguir.

OUTRAS INFLUÊNCIAS

Conforme Dick (1990b, p. 90), os topônimos de influência estrangeira presentes na toponímia do Brasil precisam ser diferenciados em “portugueses” e “estrangeiros propriamente ditos”. Ela explica que os nomes portugueses podem ser incluídos nessa categoria por serem topônimos transplantados, ou seja, designações geográficas que assim existem em um determinado lugar e que passam a compor a nomenclatura de outro espaço qualquer, transmitidos pelo povo emigrado, ou influenciados por uma adaptação. “Nessa noção está implícito o sentido de deslocamento ou ‘mudança’”.

Por exemplo, na situação de hibridismos português + forma indígena não se tinha o objetivo de apagamento da cultura nativa, mas sim de acréscimo de dado (s), voltados à catequização: inicialmente, os missionários “não cogitavam em suprimir, de modo total e irrefutável, traços culturais inerentes ao povo, como uma totalidade, desde que a transmissão dos fatos era feita, de início, através da própria língua brasílica” (DICK, 1990b, p. 91).

A toponímia de origem portuguesa, ou propriamente dita brasileira, evidencia ampla variedade de características do ambiente, permitindo um múltiplo campo de pesquisa, “a partir dos primitivos topônimos históricos, que revelam [...] a sua indiscutível filiação”, como no exemplo do sul do país, em que “nomes oriundos do pastoreio se mesclam aos derivados da presença do cavalo, companheiro indispensável do homem dos pampas: [...] Charqueada, Estância, Estância Velha, Cavalinho”. Exemplos como esses, nas palavras da autora, “são suficientes para justificar a propositura inicial da existência de um nexos relacionante entre ‘nome’ e ‘terra’, e a consequente transmutação do topônimo em fonte segura de informação científica”

(DICK, 1990b, p. 43-46).

Também de acordo com os levantamentos de Dick (1990b), os franceses, na época colonial, aproximadamente em 1555, chegaram ao Brasil aportando no Rio de Janeiro e comandados pelo Almirante Villegagnon. Já os colonos espanhóis influenciaram topônimos como Espanha (AH, PA), Nova Galícia (AH, SC), Nova Granada (AH, SP). Contudo, “a imigração estrangeira propriamente dita” do Brasil, sistematicamente iniciou no século XIX, como consequência da doação de terras a estrangeiros e da abertura de portos, intensificando-se após 1850, “com um sistema dirigido de recebimento dessas levas, encaminhadas, de preferência, para a região Sul, incluindo-se, nesse roteiro, os Estados de São Paulo e do Espírito Santo”. Assim, chegaram ao Brasil “açorianos, alemães, suíços, italianos, russos, poloneses, ucranianos e, por último, os japoneses” (DICK, 1990b, p. 100).

No Rio Grande do Sul, por exemplo, as etnias emigradas que se destacaram numericamente e pela contribuição cultural foram a italiana e a alemã, sendo o maior número de imigrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina “representado pelos alemães, cujo núcleo primitivo se localizou, em território gaúcho, no município de São Leopoldo, irradiando-se para o Vale do Itajaí, em Santa Catarina” (DICK, 1990b, p.100-101).

Já em relação à contribuição da etnia italiana, Dick (1990b, p. 100, grifo nosso) observa que

Heinrich Bunse situa os atuais municípios gaúchos de Caxias do Sul, São Marcos, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Antônio Prado, Nova Palmira e Veranópolis, como integrantes da região que se tornou conhecida sob o nome de **“Antiga Colônia Italiana” que, pelas suas “condições topográficas e climáticas, permitiu aos imigrantes italianos a continuação de uma cultura tradicional em sua terra de origem: a vitivinicultura”**.

Por outro lado, as influências asiáticas apresentam dificuldades de serem localizadas na toponímia brasileira “excetuando-se, por certo, alguns poucos grupos provenientes de movimentos imigratórios” (DICK, 1990b, p. 9).

Dessa forma, o presente artigo procurou apresentar as principais contribuições de Dick aos estudos toponímicos, traçando um panorama das diversas influências toponímicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

CASTIGLIONI, Ana Claudia; BARROS, Lidia Almeida; ISQUERDO, Aparecida Negri. Um olhar sobre a toponímia dos rios em Mato Grosso do Sul. *Antares: Letras e Humanidades*, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p.146-157, dez. 2012. Semestral. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewFile/1844/1302>>. Acesso em: 12 maio 2017.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux: origen et évolution – Villes et villages – Pays – Cours d’eau – montagnes –lieuxdits*. 5. ed. Paris: Delagrave, 1947.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990a.

____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de.; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v 2. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 1998, p. 77-88. 263 p.

____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri.; KRIEGER, Maria da Graça (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v 2. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2004, p. 121-130. 381p.

ECKERT, Kleber. Bases latinas e gregas das taxionomias toponímicas: um estudo etimológico. In: ZANATTA, Flávia et al (Org.). *Linguagens: múltiplos olhares, múltiplos sentidos*. Lajeado: Univates, 2016a. p. 69-76. Disponível em: <https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/177/pdf_177.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

____. Toponímia, imigração e identidade regional: o caso do Vale do Taquari/RS. In: FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno. *Imigração Italiana: Estudos e Pesquisas*. São Leopoldo: Oikos, 2016b. Cap. 4. p. 209-224.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno (2014). Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. *Linha D'Água (Online)*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141-157. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/83370/91674>. Acesso em: 26/11/ 2017.

HEBERLE, Melissa. *Expressões idiomáticas de natureza verbal no DEH (Dicionário Eletrônico Houaiss)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARCUZ, Ligia Manara Miletto. *Topônimos do noroeste do Rio Grande do Sul - uma relação simbólica entre homem e lugar*. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Ufsm, Santa Maria, 2016. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/dissertacoes/dissertacoes_2016/Ligia Manara Miletto Marcuz - dissertacao.pdf](http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/dissertacoes/dissertacoes_2016/Ligia_Manara_Miletto_Marcuz_-_dissertacao.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2018.

MOREIRA, Hélio Costa. *A Toponímia paranaense na rota dos tropeiros: Caminho das Missões e Estrada de Palmas*. Londrina: UEL, 2006, 268f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

POLETTI, Manuela Damiani. *A razão de nomear: O papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul*. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) - Universidade de Caxias do Sul.

SANTOS, Odair José Silva dos; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. A toponímia da fronteira oeste do Rio Grande do Sul: aspectos linguístico-culturais. *Revista*

Trama, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 20, p.111-125, dez. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/10349/7468>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do Atlas Toponímico do Brasil. In: *XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística*, 2006, Uberlândia/MG. CD Resumos / Abstracts. Uberlândia/MG: ILEEL / UFU, 2006.

_____. Referência e Onomástica. In: *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org.). Uberlândia: Edufu, 2008, p. 1945-1952. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf. Acesso em: 27 de mar. 2016.